



PORTARIA Nº 930 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Renova a outorga a LUIZ CARLOS GUARNIERI, para o direito de uso de Recursos Hídricos para captação de em um barramento existente no córrego sem denominação, afluente do rio Tartaruga.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental, Mauren Lazzaretti, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 254 de 25 de Abril de 2016, e

Considerando os Termos da Lei Estadual 6.945, de 05 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 27, de 09 de julho de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 05, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 113049/GOUT/CCRH/SURH/2017, de 06 de dezembro de 2017, acostado às fls. 116/117 f/v, do processo SAD Nº 441862/2012.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a Outorga de direito de uso de Recursos Hídricos concedida pela Portaria nº 081 de 13/02/2013, publicada no DOE de 14/02/2013, a qual outorgou a Luiz Carlos Guarnieri, CPF nº 904.190.061-68, o direito de uso dos recursos hídricos para captação em um barramento existente no córrego sem denominação, afluente do rio Tartaruga, com a finalidade de irrigação de 195,5 ha das culturas de soja, milho e feijão pelo sistema de aspersão móvel com equipamento do tipo pivô central, zona rural do Município de Nova Ubiratã, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento A-6 – Manissauá-Miçu, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I - Coordenada geográfica da captação Pivô 01: 13º00'38,63" de Latitude Sul e 55º13'18,76" W de Longitude Oeste; e vazão máxima de captação de 381,9 m³/h





(0,1061 m<sup>3</sup>/s ou 106,08 l/s), 16 horas por dia, perfazendo um volume anual de 623.276,3 m<sup>3</sup>.

II - Coordenada geográfica da captação Pivô 02: 13°00'38,63" de Latitude Sul e 55°13'18,76" W de Longitude Oeste; e vazão máxima de captação de 362,7 m<sup>3</sup>/h (0,1007 m<sup>3</sup>/s ou 100,75 l/s), 16 horas por dia, perfazendo um volume anual de 591.697,9 m<sup>3</sup>.

III - O Outorgado deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas.

IV - O Outorgado deverá encaminhar anualmente à Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT o relatório mensal das medições captadas.

V - O outorgado deverá instalar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas, afluentes, defluentes e vertidas no barramento, cujos relatórios deverão ser encaminhados anualmente a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT. Estes equipamentos deverão ser instalados para a operação do sistema de irrigação;

VI - O Outorgado deverá implantar e manter em funcionamento um dispositivo de saída de água do reservatório para manter as vazões mínimas remanescentes à jusante do barramento de 0,9372 m<sup>3</sup>/s;

**Art. 2º** A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **07 de fevereiro de 2027**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I. descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º;

II. conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III. incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;

IV. indeferimento ou cassação de licença ambiental.

**Parágrafo único.** Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.



Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I. quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II. quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º O Outorgado é responsável pelos aspectos relacionados à segurança da barragem, devendo assegurar que seu projeto, construção, operação e manutenção sejam executados por profissionais legalmente habilitados.

Art. 6º Esta Outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar a(s) atividade(s), sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 7º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 8º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 9º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

Art. 10. O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 081 de 13/02/2013, publicada no DOE de 14/02/2013.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2017.

REGISTRADA,





PUBLICADA,  
CUMPRE-SE.

MAUREN LAZZARETTI

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental  
SEMA/MT